

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE201106/0213

Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum

Estado: Activa

Nível Orgânico: Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional

Orgão / Serviço: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: A remuneração base máxima, a propor, é de 1.613,42€.

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Posto de trabalho destinado ao desempenho de funções de técnico superior na área da biologia, no âmbito das competências que estão cometidas ao DGAC-SUL/PNSACV, devendo os candidatos reunir as seguintes condições;

Requisitos profissionais:

Requisitos obrigatórios:

Experiência profissional na área da biologia, designadamente na sustentabilidade e conservação dos recursos biológicos terrestres e marítimos, de pelo menos dois anos;

Experiência de trabalho e ou conhecimentos, ao nível da monitorização de valores naturais;

Experiência de trabalho e/ ou conhecimentos em sistemas de informação geográfica, na óptica do utilizador dos programas informáticos ArcView e ArcGis;

Conhecimentos na utilização de GPS e suportes informáticos associados, georeferenciação e conversão de coordenadas.

Requisitos facultativos:

Caracterização do Posto de Trabalho: Experiência de trabalho e ou conhecimentos em instrumentos de gestão dos recursos biológicos a nível da legislação nacional sobre flora e fauna protegidas, normativos comunitários sobre conservação de habitats e de espécies de flora e fauna (especialmente a nível das directivas 79/409/CEE e 92/43/CEE e da legislação nacional de transposição destas para o direito interno), convenções internacionais sobre conservação e regulamentação de comércio de espécies de flora e fauna ameaçadas, e da convenção da biodiversidade;

Experiência de trabalho e ou conhecimentos comprovados, em análise de projectos de gestão de biodiversidade, desenvolvidos em meio terrestre ou no meio marinho;

Experiência de trabalho e ou conhecimentos, em ciência da vegetação, designadamente, fitossociologia, fitogeografia e ou biogeografia;

Experiência de trabalho e /ou conhecimentos, em análise de processos ou realização de estudos de avaliação de impactes ambientais e análise de incidências ambientais;

Conhecimentos de informática na óptica do utilizador dos programas informáticos Word, Excel, Access e PowerPoint.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura em Biologia, Engenharia Biológica ou Ciências Biológicas

Grupo Área Temática

Ciências

Sub-área Temática

Bióciências

Área Temática

Biologia

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	1	Rua Serpa Pinto, 32		7630174 ODEMIRA	Beja	Odemira

Total Postos de Trabalho: 1

Outros Requisitos: Requisitos especiais:
Capacidade de trabalho em equipa e bom relacionamento interpessoal;
Capacidade de autonomia e iniciativa;
Facilidade de expressão oral e escrita em Inglês;
Carta de condução de veículos ligeiros.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Rua de Santa marta, nº 55, 1169 - 230 Lisboa.

Contacto: 213507900

Data Publicitação: 2011-06-09

Data Limite: 2011-06-28

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social: Diário da República, 2ª Série - Nº 112 - 9 de Junho de 2011.

Texto Publicado em Jornal Oficial: Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho para Técnico Superior da carreira de Técnico Superior, do mapa de pessoal do ICNB, I. P.

1 — Fundamento e legislação aplicável — Nos termos do disposto nos n.os 3 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, alterada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro e uma vez que ainda não existem reservas de recrutamento quer no ICNB, I. P., quer junto da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (como previsto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de Abril), torna-se publico que, por despacho de 31/05/2011, do Sr. Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data seguinte ao da publicação do presente aviso no Diário da República, procedimento concursal comum de recrutamento para constituição jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, para preenchimento de um posto de trabalho constante no mapa de pessoal deste Instituto, na categoria de Técnico Superior da carreira de Técnico Superior. A este procedimento é aplicável a tramitação prevista no n.º 54.º da Lei n.º 12-A/2008 (LVCR), de 27 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, regulada pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de Abril.

2 — Prazo de validade — O procedimento concursal é válido para posto de trabalho em referência e caduca com a sua ocupação, sem prejuízo das demais causas de cessação do procedimento concursal.

3 — Posto de trabalho — Um posto de trabalho para técnico superior da carreira técnica superior, para o Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Sul — Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina — Sede em Odemira ou Delegação em Aljezur.

4 — Requisitos de admissão — Poderão candidatar-se ao presente procedimento concursal os trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que até à data de abertura do procedimento concursal reunam cumulativamente os seguintes requisitos:
Ser detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de entre trabalhadores pertencentes à Administração Central, preferencialmente com licenciatura em Biologia, Engenharia Biológica com inscrição na ordem dos engenheiros ou Ciências Biológicas, não sendo admitida a substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

5 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente:

5.1) Se encontrem integrados na carreira;

5.2) Sejam titulares da categoria;

5.3) Não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do ICNB, I. P. idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

6 — Se do presente procedimento concursal resultar um número de candidatos aprovados superior aos dos postos de trabalho a ocupar, será constituída uma reserva de recrutamento interno, válido pelo prazo máximo de 18 meses contado da data de homologação da lista de ordenação final.

7 — Perfil de competências:

Posto de trabalho destinado ao desempenho de funções de técnico superior na área da biologia, no âmbito das competências que estão cometidas ao DGAC-SUL/PNSACV, devendo os candidatos reunir as seguintes condições;

Requisitos profissionais:

Requisitos obrigatórios:

Experiência profissional na área da biologia, designadamente na sustentabilidade e conservação dos recursos biológicos terrestres e marítimos, de pelo menos dois anos;

Experiência de trabalho e ou conhecimentos, ao nível da monitorização de valores naturais;

Experiência de trabalho e/ ou conhecimentos em sistemas de informação geográfica, na óptica do utilizador dos programas informáticos ArcView e ArcGis;

Conhecimentos na utilização de GPS e suportes informáticos associados, georeferenciação e conversão de coordenadas.

Requisitos facultativos:

Experiência de trabalho e ou conhecimentos em instrumentos de gestão dos recursos biológicos a nível da legislação nacional sobre flora e fauna protegidas, normativos comunitários sobre conservação de habitats e de espécies de flora e fauna (especialmente a nível das directivas 79/409/CEE e 92/43/CEE e da legislação nacional de transposição destas para o direito interno), convenções internacionais sobre conservação e regulamentação de comércio de espécies de flora e fauna ameaçadas, e da convenção da biodiversidade;

Experiência de trabalho e ou conhecimentos comprovados, em análise de projectos de gestão de biodiversidade, desenvolvidos em meio terrestre ou no meio marinho;

Experiência de trabalho e ou conhecimentos, em ciência da vegetação, designadamente, fitossociologia, fitogeografia e ou biogeografia;

Experiência de trabalho e /ou conhecimentos, em análise de processos ou realização de estudos de avaliação de impactes ambientais e análise de incidências ambientais;

Conhecimentos de informática na óptica do utilizador dos programas informáticos Word, Excel, Access e PowerPoint.

Requisitos especiais:

Capacidade de trabalho em equipa e bom relacionamento interpessoal;

Capacidade de autonomia e iniciativa;

Facilidade de expressão oral e escrita em Inglês;

Carta de condução de veículos ligeiros.

8 — Posicionamento remuneratório — A posição remuneratória de referência é a 4.ª da categoria de técnico superior da carreira geral de técnico superior prevista na tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, sendo a remuneração base máxima, a propor, no âmbito da negociação durante o ano de 2011, de 1.613,42€ (mil seiscentos e treze euros e quarenta e dois cêntimos). Aos candidatos detentores de uma prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, que se encontrem na categoria correspondente ao posto de trabalho publicitado, não lhes pode ser proposta uma posição remuneratória superior à auferida.

9 — Formalização das candidaturas — As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente no ICNB, I. P., sito na Rua de Santa Marta, 55, 1169-230, Lisboa, no horário compreendido entre as 10.00h e as 12.00h e entre as 14.30h e as 16.30h, ou remetidas através de correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1, para o mesmo endereço.

10 — Documentos a apresentar: os candidatos deverão anexar ao formulário das candidaturas os seguintes documentos:

Curriculum vitae, detalhado e assinado, do qual devem constar, designadamente,

as habilitações literárias, as funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação dos respectivos períodos de Diário da República, 2.ª série — N.º 112 — 9 de Junho de 2011 24865 duração e actividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com a indicação das acções de formação finalizadas (cursos, estágios, encontros, simpósios, especializações e seminários, indicando a respectiva duração e datas de realização)

Documento comprovativo das habilitações literárias (cópia);

Documento comprovativo das acções de formação profissional (cópia);

Declaração, devidamente actualizada, emitida pelo serviço ou organismo de origem da qual constem, de forma inequívoca, a existência e natureza do vínculo, a categoria e a antiguidade na categoria, na carreira e no exercício de funções públicas e as avaliações de desempenho obtidas nos últimos três anos;

É dispensada a apresentação de documentos comprovativos que se encontrem arquivados no processo individual, no caso dos candidatos que exerçam funções no ICNB, I. P.

Assiste ao júri facultade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de Abril, a não apresentação dos documentos referidos determinam a exclusão do candidato, se a falta dos mesmos impossibilitar a avaliação.

11 — Os métodos de selecção: Nos termos do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro e dos n.os 1 e 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, são adoptados os seguintes métodos de selecção:

11.1 — Obrigatórios: Avaliação curricular (AC) que terá uma ponderação de 70 % e será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com a valoração até às centésimas.

11.2 — Complementares: A entrevista profissional de selecção (EPS) que terá a ponderação de 30 %, avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente aos quais correspondem, respectivamente, as classificações de 20, 16,12, 8 e 4. A classificação final (CF), expressa de 0 a 20 valores, será obtida pela seguinte fórmula $CF = (70 \% \times AC) + (30 \% \times EPS)$. Em situação de igualdade de valoração aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de Abril.

Cada um dos métodos de selecção é eliminatório. São excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos, não lhe sendo aplicável o método seguinte, nos termos do n.º 12.º e 13.º do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de Abril.

12 — Composição do júri:
 Dr. Pedro Nuno Azenha Rocha, como Presidente do Júri.
 Dr. Rui Manuel de Oliveira Ribeiro, como 1.º Vogal, que substitui o Presidente.
 Dr. José Paulo Casimiro Fonseca, como 2.º Vogal.
 Eng.ª Raquel de Jesus Saragoça Ventura, como 1.º suplente.
 Dr José Vaz Gonçalves Baptista, como 2.º suplente.

13 — Lista unitária de ordenação final: a lista unitária de ordenação final, após homologação, é publicitada na 2.ª série no Diário da República, afixado em local visível e publico das instalações do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

14 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. 03/06/2011. — O Presidente, Tito Rosa.
 204759961

Observações

Resultados

Questionário de Termina da Oferta

Admitidos

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		

Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

Opositores Obrigatórios (Candidatos em SME)

Serão publicitados os candidatos SME no último dia da data limite de candidatura.